

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.328 - SP (2019/0008971-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **M C S**
ADVOGADO : **DANIEL SOARES ZANELATTO - SP263141**
AGRAVADO : **E C J - ESPÓLIO**
AGRAVADO : **M A C - INVENTARIANTE**
AGRAVADO : **T A C**
ADVOGADOS : **MYRELLA LORENNY PEREIRA RODRIGUES - SP310044**
ALEXANDRE SANTOS DA SILVA - SP340218

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por M C S contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Insurgência da ré - Cabimento - Quantia que se mostra irrisória para remunerar o trabalho do advogado - Fixação equitativa dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 8º, do NCPC - Majoração para R\$1.000,00 - Pouca complexidade da causa e trabalho desempenhado pelo patrono vencedor - Proporcionalidade e razoabilidade - DERAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que os honorários advocatícios foram fixados de forma irrisória (R\$ 1.000,00 - mil reais), pugnando pela sua majoração.

E continua:

Com a devida venha, o valor arbitrado, de R\$1.000,00 (hum mil reais), permanece irrisório, não levou em conta a complexidade da causa, a efetiva necessidade de apresentação de contestação sobre os fatos alegados, e o zelo e o tempo dispendido pelo advogado.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao majorar os honorários advocatícios para R\$ 1.000,00 (mil reais), o Tribunal de origem assim consignou:

Versa a demanda sobre o reconhecimento e dissolução de união estável entre o de cujus e a ré, sendo extinta a ação por falta de pressuposto processual.

[...].

Os honorários advocatícios, de natureza alimentar, compõem a remuneração do advogado, de modo que não pode o julgador olvidar patente injustiça.

No caso, o critério para fixação da verba honorária sucumbencial, tendo em conta as circunstâncias da causa, afasta o limite do § 2º, aplicado pelo magistrado a quo, e considera a regra do § 8º, ambos do artigo 85

do Código de Processo Civil.

Como se sabe, são objetivos e devem ser sopesados pelo juiz por ocasião da fixação dos honorários a dedicação do advogado, a competência com que conduziu os interesses de seu cliente, o fato de defender seu constituinte em comarca onde não resida, os níveis de honorários na comarca onde se processa a ação, a complexidade da causa e o tempo despendido pelo causídico desde o início até o término da ação (incisos I a IV do §2º do citado artigo).

Além disso, incumbe ao julgador considerar que “fixar honorários por equidade não significa, necessariamente modicidade” (Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, RT, 11ª edição, 2010, p. 237).

Nesse passo, considerando que compete ao juiz fixar a verba honorária de acordo com o esforço desempenhado pelo profissional durante o processo, devendo representar justa remuneração ao advogado, que, segundo o artigo 133 da Constituição Federal, exerce função essencial à “administração da justiça”, afigura-se mais justo o valor de R\$1.000,00, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, estando, contudo, a sua exigibilidade suspensa em vista do benefício da gratuidade de justiça.

Com efeito, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o valor estabelecido a título de honorários advocatícios pelas instâncias ordinárias somente pode ser alterado nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. HONORÁRIOS FIXADOS COM BASE NA EQUIDADE. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20 DO CPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nas causas em que não haja condenação, nas que o pedido inicial é julgado improcedente, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável ou for vencida a Fazenda Pública e nas Execuções, embargadas ou não, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC/73, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º, mas aos critérios neste previstos.

2. Ademais, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias só pode ser alterado nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não ocorreu no caso dos autos, em que foram julgados procedentes embargos de terceiro, cujo valor da causa foi indicado como sendo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e a verba honorária foi fixada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1444429/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 19/04/2017)

Na espécie, com base nas peculiaridades da causa, os honorários advocatícios foram fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais). Nesse contexto, constatado que os honorários advocatícios foram fixados em patamar razoável, não sendo irrisórios nem

exorbitantes, não compete a esta Corte Superior, em recurso especial, promover a revisão pretendida, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO POR EQUIDADE. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

1. A ausência de indicação do dispositivo considerado violado atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes.

2. Conforme entendimento consolidado neste Tribunal, não configura julgamento ultra petita ou extra petita o provimento jurisdicional exarado nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial, e não apenas de sua parte final, tampouco quando o julgador aplica o direito ao caso concreto sob fundamentos diversos aos apresentados pela parte.

Precedentes.

3. Constatado que os honorários de sucumbência foram fixados em patamar razoável, não sendo irrisórios nem exorbitantes, não compete a esta Corte Superior, em recurso especial, promover a revisão pretendida, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1452930/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA CONJUGADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MÓVEIS PLANEJADOS. ILEGITIMIDADE. VERBA INDENIZATÓRIA. HONORÁRIOS. VALOR ARBITRADO. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO. VALOR EXORBITANTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. Tendo o Tribunal de origem firmado a sua convicção quanto à legitimidade passiva e à configuração do dano moral a partir das provas dos autos, tem incidência a Súmula nº 7/STJ.

2. Nos casos de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova.

Precedentes.

3. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) diante da especificidade do caso concreto.

4. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não permitir a modificação dos valores fixados por equidade a título de honorários advocatícios, por meio de recurso

especial, se estes não se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, haja vista a incidência da Súmula nº 7/STJ.

5. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

6. A divergência jurisprudencial requisita comprovação e demonstração, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1127900/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 31/10/2017)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator